

**INTERFACE ENTRE VULNERABILIDADE E DESENVOLVIMENTO:
PROSPERIDADE SOCIAL NA RIDE PETROLINA-JUAZEIRO**

**INTERFACE BETWEEN VULNERABILITY AND DEVELOPMENT: SOCIAL
PROSPERITY IN THE PETROLINA-JUAZEIRO RIDE**

Recebido em: 18/05/2023

Reenviado em: 07/10/2023

Aceito em: 15/10/2023

Raniere de Carvalho Almeida¹ 

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Adelson Dias De Oliveira² 

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Ana Paula Lopes da Silva³ 

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Jorge Luís Cavalcanti Ramos⁴ 

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Ana Carla Mendes Coelho⁵ 

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco⁶ 

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Resumo: Vulnerabilidade social e desenvolvimento humano são indicadores relacionados ao campo socioeconômico, político e ambiental, capazes de caracterizar o patamar de prosperidade social de uma população em determinado contexto, desvelando mazelas e, ao mesmo tempo, subsidiando o planejamento de políticas que venham a favorecer o bem estar da coletividade. Neste sentido, o estudo objetiva, a partir da discussão da interface entre o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), analisar o nível de prosperidade social da RIDE – Petrolina/Juazeiro. Como procedimento metodológico, este trabalho utiliza a pesquisa bibliográfico-documental, a partir da coleta de dados em bases virtuais e institucionais como IPEA - Atlas de Vulnerabilidade Social / Atlas Brasil (AVS/AtlasBR) e IBGE, sendo analisados indicadores específicos com a estatística descritiva básica e o suporte do software RStudio e LibreOffice Calc. Seus resultados trazem importantes reflexões sobre o papel das políticas públicas e sua gestão,

¹ Aluno do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: raniere.carvalho@discente.univasf.edu.br

² Professor Doutor, no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: adelson.dias@univasf.edu.br

³ Aluna do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: paula.lopes@univasf.edu.br

⁴ Professor Doutor, no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: jorge.cavalcanti@univasf.edu.br

⁵ Aluna do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: anacarlamendesc@gmail.com.br

⁶ Professora Doutora, no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. E-mail: clecia.simone@if.sertao-pe.edu.br

visando à redução das desigualdades sociais. Constatou-se que seu nível de prosperidade era muito baixo em 2000, tornando-se médio após uma década (2010), a partir da redução do IVS e crescimento do IDHM.

Palavras-chave: Prosperidade social; Desigualdade social; Indicadores sociais; Políticas públicas.

Abstract: Social vulnerability and human development are indicators related to the socioeconomic, political and environmental field, capable of characterizing the level of social prosperity of a population in a given context, unveiling evils and at the same time subsidizing the planning of policies that will favor the well-being of the collectivity. In this sense, the study aims, from the discussion of the interface between the Social Vulnerability Index (IVS) and the Human Development Index (HDI), to analyze the level of social prosperity of RIDE – Petrolina/Juazeiro. As a methodological procedure, this work uses bibliographic-documentary research, starting with the collection of data in virtual and institutional databases such as IPEA (Atlas of Social Vulnerability/Atlas Brazil) and IBGE, and analyzing specific indicators with basic descriptive statistics and the support of RStudio and LibreOffice Calc software. Its results bring important reflections on the role of public policies and their management, aiming at the reduction of social inequalities. It was found that its level of prosperity was very low in 2000, becoming medium after a decade (2010), based on the reduction of the IVS and the growth of the IDHM.

Keyword: Social prosperity; Social inequality; Social indicators; Public policies.

INTRODUÇÃO

O processo de formação territorial no Brasil apresenta uma trajetória distinta em cada região. Dentre as peculiaridades e variáveis que influenciam as dinâmicas de desenvolvimento regionais, podemos destacar aspectos relacionados às características geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas de municípios limítrofes, que possuem interesses comuns. É o caso das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), consideradas Redes Públicas de Cooperação entre os entes Federativos, criadas por leis, em regiões consideradas “de interesses comuns”, que tem por objetivo proporcionar o desenvolvimento regional através da cooperação entre os entes federativos (BRASIL, 2015a).

Nesse contexto de perspectiva de desenvolvimento regional, encontra-se a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (RIDE) do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA. A RIDE, localizada no Semiárido Brasileiro, foi criada pela Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001 e regulamentada pelo Decreto nº 4.366, de 09 de setembro de 2002, posteriormente, revogado pelo Decreto nº 10.296, de 2020 decorrente de um contexto político neoliberal com um governo de extrema direita (BRASIL, 2001; 2002; 2020).

Segundo o Censo de 2010, a região conta com uma população de 686.350 habitantes, distribuídos entre oito municípios, sendo quatro em Pernambuco e quatro na Bahia. Em Pernambuco é formada pelos municípios de Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó, enquanto na Bahia é formada pelos municípios de Juazeiro, Curaçá, Sobradinho e Casa Nova (IBGE, 2010).

Esses municípios encontram-se localizados no Submédio da Bacia hidrográfica do Rio São Francisco, que interliga o Nordeste e o Sudeste fluvialmente, o que torna a posição da RIDE - Petrolina e Juazeiro estratégica no cenário nacional e regional. O Rio São Francisco é a principal potencialidade do território, alvo da atuação de diferentes políticas públicas que utilizam o manejo da água com principal força motriz de desenvolvimento (BRASIL, 2011).

Nessa perspectiva, a RIDE - Petrolina e Juazeiro foi definida pelo Congresso Nacional como região prioritária para aplicação de investimentos que minimizem as desigualdades socioeconômicas (BRASIL, 2015b). A fruticultura irrigada é o principal fator de desenvolvimento da região. Essa atividade desencadeou um crescimento em vários setores da economia e é a responsável pela dinâmica desse território (LIMA; SOUSA, 2017).

Pensar a RIDE - Petrolina e Juazeiro enquanto espaço efetivo de desenvolvimento implica considerar também os diversos aspectos relacionados à condição de vida dos indivíduos que nela habitam, tornando imprescindível o estabelecimento e discussão da ideia e vulnerabilidade social e desenvolvimento humano. Conforme Ximenes (2010), vulnerabilidade é um conceito multidimensional que se preocupa em retratar fragilidades relacionadas às necessidades básicas, às perspectivas de acesso a recursos essenciais que possibilitem qualidade de vida e bem estar da população. Busca retratar as condições de vida para além da renda, abrangendo as dimensões econômica, social, cultural e de saúde.

Para possibilitar acesso e transparência de dados quanto à vulnerabilidade social nos municípios, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sistematizou e publicou, em 2015, as informações no Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros e Atlas da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, publicações que depois foram transferidas para plataforma online, o Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS)⁷.

O Atlas constitui-se em uma base de dados da vulnerabilidade social, no qual é possível pesquisar, de forma facilitada, a situação do país, das regiões, dos estados e dos municípios sobre os diversos temas que caracterizam a condição de vulnerabilidade. Esta plataforma traz um retrato das condições de vida, da desigualdade social desde o âmbito nacional até o municipal, viabilizando o direcionamento adequado de ações que visem combater essas desigualdades. A plataforma está direcionada para gestores públicos e atores locais como auxílio na identificação de demandas de políticas públicas para estudo de

⁷ Disponível em: ipea.gov.br

pesquisadores das diversas áreas e para a sociedade como um todo, possibilitando acesso à informação e participação social (IPEA, 2015).

Segundo Scott *et al.* (2016) o termo vulnerabilidade já assumiu várias conotações, designando grupos ou indivíduos fragilizados, juridicamente ou politicamente, que carecem de auxílio e proteção do Estado para a garantia de seus direitos. O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil define vulnerabilidade como processos sociais que estão acima dos indivíduos, a exemplo das políticas públicas, que são de competência do Estado como saneamento básico, serviços de saúde, escolas e transporte público, objetivando o bem estar e a qualidade de vida. Já para o Banco Mundial é a falta de gestão dos recursos por parte dos indivíduos no tocante à moradia, emprego, alimentação e questões ambientais e sanitárias (COSTA, 2018). Entende-se ainda como a ausência do Estado na oferta de políticas eficazes no trato da questão social.

De acordo com o IPEA (2018) a vulnerabilidade é caracterizada como uma variável. Suas taxas traduzem a proporção de pessoas que possuem uma renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Para analisar os indicadores que caracterizam a vulnerabilidade, foi desenvolvido o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), uma média aritmética dos índices das dimensões: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho.

Para Ferreira e Pinto (2017) uma análise simultânea da vulnerabilidade social com o desenvolvimento humano possibilita caracterizar a prosperidade social de uma dada região. Um alto ou muito alto desenvolvimento humano com uma baixa ou muito baixa vulnerabilidade social indica um local de muito alta prosperidade social, assim como um baixo ou muito baixo desenvolvimento humano junto a uma alta ou muito alta vulnerabilidade social traduz um local de muito baixa prosperidade social.

Segundo o Ipea, o nível de prosperidade social de um território, a exemplo da RIDE – Petrolina e Juazeiro, é gerado pelo cruzamento entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o IVS. A análise de desenvolvimento humano com a de vulnerabilidade social possibilita a da prosperidade social, que é a ocorrência paralela de alto desenvolvimento humano com baixa vulnerabilidade social, revelando um local de desenvolvimento menos vulnerável e socialmente mais próspero (FERREIRA; PINTO, 2017).

Em face da importância dessa RIDE no cenário nacional e internacional, apresentada enquanto polo de desenvolvimento, entende-se como relevante compreender a noção de desenvolvimento desta região de forma ampla, partindo do conceito de prosperidade social.

Na perspectiva apresentada, esse estudo se propõe a responder o seguinte problema de pesquisa: a partir do cruzamento dos indicadores de vulnerabilidade social e desenvolvimento humano, qual o nível de prosperidade social da RIDE - Petrolina e Juazeiro?

Para a compreensão dessa problemática, este estudo tem por objetivo analisar o nível de prosperidade social da RIDE - Petrolina e Juazeiro, a partir do cruzamento dos indicadores IVS e IDHM. Compreender o estágio de desenvolvimento em que se encontra uma determinada região, torna-se essencial para formulação de políticas públicas que atendam aos anseios sociais da população, configurando-se como molas propulsoras de novas trajetórias sociais e econômicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção discute a prosperidade social, destacando a interface entre a vulnerabilidade social e o desenvolvimento humano com foco nas políticas sociais de abrangência regional como as de transferência de renda e de moradia, a exemplo do Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida. A discussão nesta seção estende-se pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abordando o nível da infraestrutura urbana, renda e trabalho, longevidade e educação na RIDE Petrolina-Juazeiro, embasado em teóricos como Araújo (2013, 2023), Oliveira (1993), Silva (2010), Yazbek (2001), Monteiro Neto, Colombo e Rocha Neto (2023), Monteiro Neto, Brandão e Castro (2017), entre outros, além de dados oficiais do IBGE/IPEA (2015, 2019).

PROSPERIDADE SOCIAL: A INTERFACE ENTRE VULNERABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS POLÍTICAS SOCIAIS E REGIONAIS

Para uma melhor compreensão dos desafios relacionados à prosperidade social, faz-se necessário realizar uma discussão com as bases conceituais que conformam a vulnerabilidade social e o desenvolvimento humano. O nível de prosperidade da população está condicionado à questão social e suas múltiplas expressões, entre elas, a vulnerabilidade econômica em que se encontram os sujeitos. Segundo Yazbek (2001) a questão social se reformula e redefine, porém, mantendo sua essência excludente, trazendo efeitos devastadores à sociedade, comprometendo, obviamente, seu bem estar e qualidade de vida.

De acordo com Yazbek (2001) a pobreza, exclusão e subalternidade representam indicadores de uma inserção social, condição de classe ou reiterada desigualdade, que envolve diferentes etnias, gêneros, procedências e outros aspectos, denotando as relações de poder

vigentes na sociedade, as quais são notadamente repressoras e contraditórias. Para Silva (2010) a exclusão social é um conceito estrutural e multidimensional, que envolve pessoas e grupos, a exemplo de negros, homossexuais e pessoas com deficiência, inseridos em um contexto sociopolítico devastador, sendo concebidos como “nova pobreza”.

No âmbito das vulnerabilidades, conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), são reconhecidas múltiplas situações, associadas às necessidades objetivas e subjetivas das pessoas. As objetivas estão relacionadas à dimensão material da existência, como condições precárias de vida, privação de renda e de acesso aos serviços públicos. Tratam da perspectiva multidimensional da pobreza, acesso ou privação de necessidades básicas, além de direitos sociais. Para Silva (2010) políticas públicas de proteção social como as de transferência de renda representam uma forma de enfrentamento da pobreza e desigualdade latente na sociedade, a qual é multifacetada, sobretudo, excludente.

Oliveira (1993) ratifica a questão da desigualdade social como expressão nacional e regional, destacando sua maior latência no Norte e Nordeste como subversão social, um problema regional “mal resolvido”. Perdura a tese de uma unidade nacional renovada, a partir da união entre burgueses e burocratas, inclusive, no âmbito produtivo. Sua má constituição como modelo político-mercadológico, porém, tende a favorecer a resolução de questões ligadas ao estado nacional, que passa a ter o papel de sustentar e expandir a produção agrícola, além de incentivar a concorrência de mercado, o que por um lado favorece a economia, mas por outro aumenta a desigualdade.

Indicadores que representam vulnerabilidade social, desenvolvimento humano e desigualdades regionais, podem ser diretamente afetados pelas políticas sociais formuladas e implementadas pelo Estado. Tais políticas visam o bem estar e seguridade social da população, especialmente os mais pobres, garantindo direitos constitucionais básicos, abrangendo ações de oferta de bens e serviços, refletindo na qualidade de vida das pessoas e seus territórios.

Os indicadores tornaram-se instrumentos indispensáveis na definição de ações para implementação de políticas públicas que visam ao estabelecimento de processos de superação, por exemplo, das desigualdades sociais. Em sua tradição, respeitam bases territoriais que refletem as políticas públicas, que no caso do Brasil, realiza-se em sua maioria na escala dos municípios, onde são implementadas. Ou seja, os municípios constituem a matriz na qual os dados são organizados e disponibilizados na forma de indicadores, que ao serem comparados permitem a composição do cenário de desigualdade social no país (SEADE, 2015).

Altos índices de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, desenvolvimento humano em baixa, sinalizam o enfraquecimento de direitos sociais e até mesmo a violação desses direitos a uma parcela da população, demandando atuação direcionada do Estado. Tem-se na política e atuação do governo uma via forte de resolução de problemas sociais, com o desenvolvimento de políticas redistributivas que possam alcançar a população como um todo principalmente, as que residem em regiões de menor desenvolvimento, favorecendo a redução das disparidades regionais, o crescimento econômico e social nesses territórios.

Assim, cenários de ações políticas antidemocráticas ou fracamente democráticas, como apontadas por Monteiro Neto, Colombo e Rocha Neto (2023), limitam o importante papel do Estado e seus governantes como formuladores e implementadores de políticas públicas em âmbito nacional ou regional, impossibilitam acesso a direitos básicos, precarizando as políticas. Logo, a permanência de governos democráticos contribuem para a continuidade e implementação de políticas sociais em âmbito nacional e local.

Monteiro Neto, Castro e Brandão (2017, p. 457) destacam que "no período 2003-2015, avançou-se muito em um conjunto de políticas sociais voltadas à proteção das camadas mais vulnerabilizadas e destituídas da população e na expansão do mercado interno". Tais avanços giraram em torno de programas de transferência de renda e disponibilização de crédito, geração de empregos e valorização do salário mínimo e na educação por meio da expansão do ensino superior. Essas políticas sociais desenvolvidas por intermédio de governos democráticos, contribuíram para reduzir índices de desigualdade em todo o país, mas tiveram impactos relevantes nas regiões menos favorecidas, a exemplo do Nordeste.

Monteiro Neto, Colombo e Rocha Neto (2023, p. 43) afirmam que:

Nesse contexto adverso de transformações, as políticas sociais – vistas no rol das políticas territoriais implícitas – têm dado contribuição irrefutável para o fortalecimento de bases produtivas locais no território. Têm favorecido também a melhoria dos indicadores de bem-estar das populações das regiões menos desenvolvidas do Norte e do Nordeste, ou ainda em sub-regiões pobres das regiões mais desenvolvidas do país (MONTEIRO NETO, COLOMBO E ROCHA NETO, 2023, p. 43).

As políticas planejadas nacionalmente, visam um impacto de forma ampla na sociedade, embora também possam atingir regiões específicas de modo significativo, são apontadas na literatura como políticas implícitas, pois atingem de forma indireta questões territoriais de regiões, estados e municípios, são exemplo as políticas voltadas para a educação, saúde e assistência social como programa Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida

que possibilitaram melhores condições de vida à população mais pobre do Norte e Nordeste. Já as políticas tidas como explícitas são projetadas diretamente com foco no combate às desigualdades regionais e buscam a redução de disparidades socioeconômicas e de infraestrutura regionais (MONTEIRO NETO, COLOMBO E ROCHA NETO, 2023). Na perspectiva dos autores é fundamental a interação de políticas implícitas e explícitas para efetividade das políticas territoriais e assim melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano e prosperidade.

De acordo com Monteiro Neto, Colombo e Rocha Neto (2023, p. 50):

As políticas públicas com impactos territoriais tornam-se imprescindíveis nessa estratégia nacional de saídas para as crises globais. Contribuem para conter movimentos abruptos em direção ao aumento de desigualdades e rupturas políticas. Ao mesmo tempo disponibilizam e colocam em ação recursos materiais em territórios caracterizados por situação de elevado desemprego crônico.

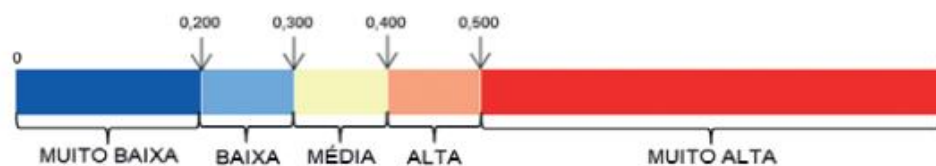
Para a economista Tânia Bacelar, responsável por iniciar as discussões quanto à importância da formulação e implementação de uma política nacional de desenvolvimento regional, desempenhando importante papel na Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (MI) durante o governo Lula em 2003, as políticas implícitas são entendidas como políticas setoriais com visão regional e as explícitas como políticas regionais específicas, ambas englobam um rol de políticas públicas que buscam reduzir desigualdades. As políticas territoriais são direcionadas a valorizar potencialidades e o protagonismo das regiões (ARAÚJO, 2013).

Investimento em políticas sociais, sejam implícitos ou explícitos favorecem as atividades produtivas nos municípios e sua expansão econômica, oportunizando melhores condições de vida aos seus habitantes e garantia da cidadania. Tais investimentos refletem nos diversos indicadores sociais, em especial os que compõem a vulnerabilidade social, índice de desenvolvimento humano e prosperidade social abordados no tópico seguinte.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL, ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E PROSPERIDADE SOCIAL

O IVS diz respeito à ausência ou à insuficiência de três grandes conjuntos de ativos que o compõem: i) infraestrutura urbana; ii) capital humano; e iii) renda e trabalho, cuja posse ou privação determina as condições de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas (IPEA, 2015). O IVS é um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a vulnerabilidade social de um município (Figura 1).

FIGURA 1 - FAIXAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

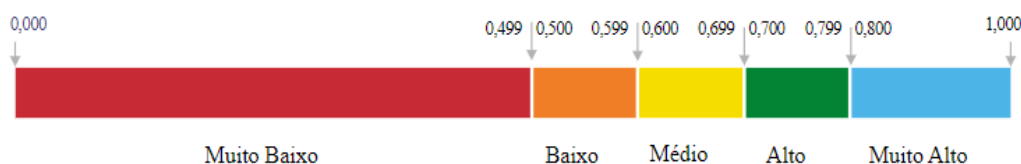


Fonte: Ipea (2015)

As variações (muito baixa, baixa, média, alta ou muito alta vulnerabilidade social) correspondem ao quanto o índice se aproxima mais de 0 ou 1. Valores entre 0,201 e 0,300 - baixa vulnerabilidade social; entre 0,301 e 0,400 - média vulnerabilidade social; entre 0,401 e 0,500 - alta vulnerabilidade social; entre 0,501 e 1 - muito alta vulnerabilidade (IPEA, 2015).

Já o IDHM, é uma medida criada para enfatizar que as pessoas e o desenvolvimento de suas capacidades devem estar no centro das decisões ao avaliar o desenvolvimento de um país, sendo composto por dimensões: i) longevidade; ii) educação; iii) renda, evidenciando os distintos processos sociais dinâmicos de um território (IPEA, 2015). O IDHM é um número que varia entre 0,000 e 1,000. Quanto mais próximo de 1,000, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município e região (Figura 2).

FIGURA 2 - FAIXAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL



Fonte: AtlasBR (2022) Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>

De acordo com a metodologia aplicada, será considerado muito baixo o IDHM entre 0 e 0,499; baixo de 0,500 a 0,599; médio de 0,600 a 0,699; alto de 0,700 a 0,799; e muito alto, de 0,800 a 1 (IPEA, 2015).

A análise integrada do desenvolvimento humano com a vulnerabilidade social oferece o que se denomina aqui de prosperidade social. Nesse sentido, a prosperidade reflete uma situação em que o desenvolvimento humano se assenta em bases sociais mais robustas, onde o capital familiar e escolar, as condições de inserção no mundo do trabalho e as condições de

moradia e de acesso à infraestrutura urbana da população são tais que há uma perspectiva de prosperidade não só econômica, mas das condições de vida no meio social (IPEA, 2015).

A prosperidade social de um território pode ser mensurada a partir do cruzamento simultâneo dos índices de Desenvolvimento Humano e da Vulnerabilidade Social. Desse modo, um alto ou muito alto desenvolvimento humano somado a uma baixa ou muito baixa vulnerabilidade social revela um local de muito alta prosperidade social, assim como um baixo ou muito baixo desenvolvimento humano junto a uma alta ou muito alta vulnerabilidade social evidencia um local de muito baixa prosperidade social.

O IVS, enquanto índice que compõe e reflete a prosperidade social, foi elaborado pelo Ipea com base nos resultados dos censos demográficos e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambos organizados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O indicador constitui-se, assim, como sendo resultado da avaliação conjunta das dimensões macro de: a) infraestrutura urbana, b) capital humano e c) renda e trabalho do território avaliado.

Quanto à infraestrutura urbana, esse sub-índice contempla a avaliação do acesso à saneamento básico e mobilidade urbana. Segundo o Atlas (IPEA, 2015), esses são aspectos essenciais para indicar a qualidade de vida da população nos domicílios, pois refletem as condições de saúde e bem estar do indivíduo tanto individual quanto coletivamente, podendo assim, espelhar níveis de prosperidade social. A falta de acesso à água, coleta adequada de lixo e esgotamento sanitário são serviços que implicam diretamente no adoecimento da população e, conseqüentemente, no sistema de saúde do município. A saúde como tratada no relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde, marco para a saúde pública no Brasil, é resultado de todo um processo de organização social que pode gerar desigualdades, concretizando-se a partir de adequadas condições de alimentação, habitação, educação, renda, trabalho, terra, emprego, lazer, transporte e serviços (BRASIL, 1986).

Por outro lado, o tempo de deslocamento entre moradia e trabalho, quando demasiado por falta de estrutura de mobilidade urbana (sistema de transporte inadequado para o quantitativo da população, infraestrutura precária e insuficiente para possibilitar formas alternativas e sustentáveis de deslocamento, rotas ineficientes, etc.) é fator propulsor de estresse, baixa produtividade que afeta a saúde física e mental, além de impactar na questão ambiental com a emissão de poluentes.

No que diz respeito ao subíndice renda e trabalho, a renda deve possibilitar ao brasileiro em situação de vulnerabilidade a sobrevivência com o mínimo necessário. Para

tanto, o Estado deve promover políticas públicas que tenham como norte a garantia da cidadania através do trabalho, enquanto um direito social, expressamente previsto no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (SANTOS, 2016; JANUZZI, 2017).

A vulnerabilidade, renda e trabalho, agrupam não só indicadores relativos à insuficiência de renda, mas incorpora outros fatores que associados ao fluxo de renda, configuram um estado de insegurança: i) famílias de baixa renda (indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo); ii) a desocupação de adultos (ou seja, que não estava ocupado na semana anterior à data do censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa); iii) a ocupação informal de adultos pouco escolarizados (aqueles que trabalham, mas não são empregados com carteira de trabalho assinada, empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição a instituto de previdência oficial); iv) a dependência com relação à renda de pessoas idosas (65 anos ou mais de idade, cuja renda corresponde a mais da metade do total da renda domiciliar); v) a presença de trabalho infantil (taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade) (IPEA, 2015).

Os 5 indicadores supracitados contribuem com o mesmo peso (0,200). Considera-se, desta forma, que cada indicador retrata uma situação ou uma condição equivalente de vulnerabilidade social, independente de sua variância ou da correlação entre eles. A atribuição de pesos distintos para os indicadores tornaria a metodologia complexa e questionável, devido à diversidade de realidades e contextos socioespaciais presentes no território, bem como a diferença entre municípios e Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), inclusive, do ponto de vista de sua composição e estrutura demográfica (IPEA, 2015).

O subíndice capital humano corresponde ao conjunto de habilidades, experiências e a posição sócio-territorial de um indivíduo na sociedade, não se restringindo à questão financeira. Traduz sua intelectualidade, as qualificações e conexões sociais, aspectos relevantes que determinam sua atividade econômica, sejam de forma autônoma ou em uma empresa. Possibilita seu acesso a um leque de oportunidades e consequentemente ao capital econômico, social, cultural e educacional (GERSCHUNY, 2000).

O IVS contempla o capital humano como um de seus eixos, o qual traduz, basicamente, a taxa de mortalidade e de escolaridade de uma dada população, a partir de diferentes categorizações, que podem refletir questões como o acesso ao emprego, rede de

relações pessoais, repertório cultural e educacional, sendo este visto como propulsor do crescimento econômico e dos planos de desenvolvimento socialista (PAIVA, 2001).

O capital humano é obtido pela média de índices com peso 0,125 construídos por indicadores: taxa de mortalidade de crianças com até 1 ano; crianças de diferentes faixas etárias que não frequentam a escola; mulheres que tiveram filhos e que são chefes de família sem ensino fundamental completo com filho menor de 15 anos; analfabetismo da população; crianças fora do lar com moradores sem o fundamental e pessoas entre 15 e 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis (IPEA, 2019).

Por outro lado, o IDHM é obtido pela média geométrica dos três subíndices das dimensões que compõem o índice: a) longevidade, b) educação e c) renda.

Entre as variáveis que compõe o IDHM está o nível de longevidade da população, este subíndice contabiliza o "número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado município viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade" (IPEA; PNDU; FJP, 2013, p. 6). Nesta perspectiva, mensurar a longevidade é também retratar diversos outros aspectos do território estudado como condições de saúde, mortalidade e suas causas, refletindo doenças recorrentes, níveis de violência, e outros.

A educação é uma política pública consolidada pela Constituição Federal de 1988 em seu Art. 205, que a define como um direito de todos e dever do estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, buscando-se o desenvolvimento do sujeito, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, apresentando diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1988). É vista como cerne dos problemas sociais, devendo os indivíduos alcançarem, ao menos, um patamar mínimo. Quanto maior a sua formação, maiores oportunidades de trabalho assalariado (PAIVA, 2001).

O IDHM contempla a educação como um dos seus eixos norteadores. Seu índice é obtido pela média geométrica do subíndice da frequência de crianças e jovens matriculados na escola, tendo como peso de referência 2/3, além do subíndice de escolaridade da população adulta com peso 1/3 (IPEA, 2019).

A dimensão Renda do IDHM é considerada a partir da renda per capita da população, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em um determinado lugar (município, UF, região metropolitana ou UDH), expressa em reais e ajustada em valores de 1º de agosto de 2010. Para o seu cálculo, aplica-se a fórmula: $IDHM-R = [\ln(\text{renda per capita do local de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})] / [\ln(\text{valor máximo de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]$

(valor mínimo de referência)].

A renda per capita mede a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do lugar de referência, garantindo um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas como água, alimento e moradia, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades (IPEA, 2015). A principal limitação desse indicador é não considerar a desigualdade de renda entre os habitantes da área de referência, ou seja, não consegue expressar a desigualdade social. Determinados municípios podem apresentar uma elevada renda per capita, mas, ao mesmo tempo, possuírem uma grande parcela de sua população vivendo na pobreza, tendo em vista a existência de uma minoria de cidadãos com alta concentração de renda (IPEA, 2015).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho possui abordagem quali-quantitativa e caráter exploratório-descritivo, adotando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfico-documental. Seu período de realização foi de outubro de 2022 a janeiro de 2023. Levantou-se dados relativos a indicadores socioeconômicos nas bases de institutos de pesquisa nacionais como as do IPEA (AVS/AtlasBR) e IBGE. Os dados referentes aos indicadores foram obtidos a partir do Censo realizado pelo IBGE nos anos de 2000 e 2010. Os temas vulnerabilidade, prosperidade, e desenvolvimento humano abordados na fundamentação teórica e discussão dos resultados contam com a visão epistêmica de distintos autores, além do embasamento institucional. O intuito foi agregar valor político-social a esta produção científica.

Segundo Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica propicia o exame de um tema sob enfoque ou abordagem teórica, chegando a conclusões inovadoras, enquanto a documental é baseada na coleta de dados primários como documentos contidos em arquivos públicos e privados, seja de instituições ou domicílios, além de bases estatísticas. Logo, esta pesquisa procurou explorar dados com o suporte de teóricos, aprofundando as discussões em torno do seu objeto, trazendo relevantes contribuições à ciência e sociedade.

Buscou-se levantar fontes de cunho acadêmico-científico em bases de dados como *SciELO* e Portal de Periódicos da CAPES, adotando descritores específicos: a) Prosperidade Social; b) Vulnerabilidade Social e c) Desigualdade Social. Foram localizados 53 trabalhos relacionados à pesquisa em forma de artigos, e-books, relatórios e outros, que passaram por critérios de inclusão/exclusão como seu elo com o objeto da pesquisa e temporalidade de publicação de até 15 anos, exceto, obras clássicas e legislação vigente; sendo selecionados 39.

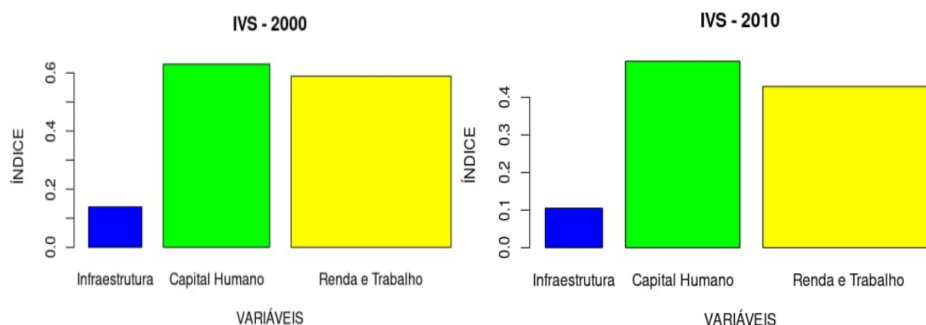
Entre os autores identificados no levantamento, que embasaram a fundamentação teórica e a discussão dos resultados, destacam-se Lima (2016), Sousa (2014), Ferreira e Pinto (2017), Monoel (2007), Araújo (2013, 2023), Costa (2018), Gerschuny (2000), Oliveira (1993), Yazbek (2001), Jannuzzi (2017), Lima (2016), Lima e Souza (2017), Monteiro, Castro e Brandão (2017), Monteiro, Colombro e Rocha (2020), Paiva (2001), Reis (2017), Santos (2016), Scott *et al.* (2018), Souza (2014) e Ximenes (2010). Estes e outros teóricos dialogam sobre o objeto de pesquisa e suas nuances, buscando-se o “estado da arte”.

Na coleta e tratamento dos dados bibliográficos e documentais foram empregados gráficos, figures, quadros e quadro-resumo com registros relacionados a RIDE Petrolina e Juazeiro, o IVS, IDHM e a Prosperidade Social, além de referências sobre o tema. No processo de análise dos dados coletados nas bases do IPEA e IBGE utilizou-se a estatística básica, tendo como suporte o *software RStudio e LibreOffice Calc*. Esta ação, que adquire importância quando o volume dos dados é elevado, concretiza-se na elaboração de tabelas, gráficos e outros processos, que representam as informações contidas nos dados (LAKATOS e MARCONI, 2003). Como método para tratamento dos dados documentais e bibliográficos coletados, adotou-se a análise de conteúdo, orientada por princípios de Bardin (2016), partindo da sua análise prévia até uma compreensão mais aprofundada das categorias: Vulnerabilidade Social, Desenvolvimento Humano e Prosperidade Social, todos na RIDE Juazeiro-Petrolina. Os dados foram analisados e cruzados, considerando sua relevância acadêmico-científica, além da relação direta com o tema pesquisado, convertendo-os em conhecimentos científicos, respeitando-se os preceitos éticos da pesquisa científica expressos no Art. 1º, parágrafo único, da Resolução CNS/MS n.º 510/2016.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO POLO PETROLINA/PE E JUAZEIRO/BA

O IVS na RIDE - Petrolina e Juazeiro apresentou nos anos de 2000 e 2010 resultados positivos nas três variáveis: infraestrutura, capital humano, renda e trabalho, conforme demonstrado no (Gráfico 1) a seguir:

GRÁFICO 1 - ÍNDICES DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA RIDE (2000 E 2010)



Fonte: elaboração própria com software R (2022) com base em dados do IPEA (2000 e 2010).

No primeiro ano, o IVS infraestrutura demonstrou vulnerabilidade de 0.139 (muito baixa), já no segundo (0.105), apresentando uma redução de 0.034 (24,5%) e uma média de 0.122, algo motivado pelo maior investimento em infraestrutura em ambas as cidades, através de obras estruturantes. Foram lançadas ações do Governo Federal como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Programa Minha Casa, Minha Vida; Programa de Cisternas; ampliação da malha viária; melhoria do abastecimento com água encanada; saneamento básico, e outras que impactaram a infraestrutura rural e urbana (BRASIL, 2019).

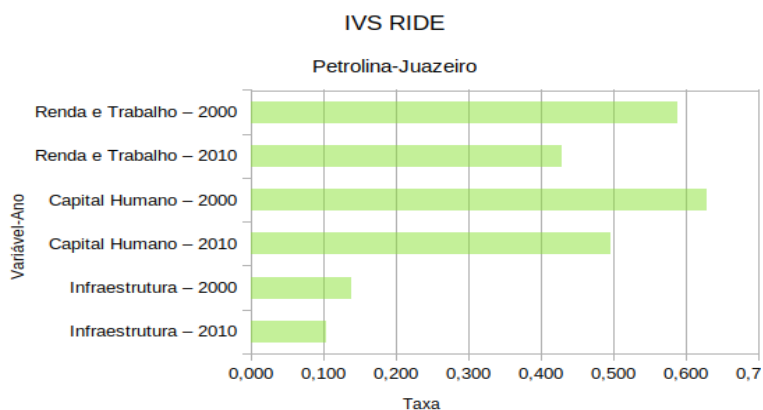
O IVS capital humano na RIDE em 2000 foi de 0.630, considerado muito alto. Já em 2010 foi de 0.496, sofrendo uma drástica redução de 0.134 (21,3%), passando a ser alto. Sua média entre os dois anos foi 0.563. Resultados que refletem, certamente, maiores esforços voltados à educação no período, a qual possibilita a difusão de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades, mudança atitudinal e paradigmática, rompendo a ignorância.

Foram lançados há época o Programa Nacional de Educação (PNE) e o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), reformas e construções de creches, escolas e praças, redução das taxas de analfabetismo e de pessoas vulneráveis à pobreza, e o aumento do número de jovens na universidade, a exemplo da UNIVASF, através da lei de cotas, favorecendo a ampliação do repertório sociocultural e educacional, regionalizando assim as políticas sociais (BRASIL, 2014).

O IVS renda e trabalho em 2000 foi 0.589 (muito alto) e em 2010 foi 0.429 (alto), demonstrando uma queda acentuada de 0,160 (27,2%). Sua média aritmética foi 0.509, considerada muito alta. A redução entre 2000 e 2010 demonstra uma possível queda na taxa de desemprego e maior oferta de postos de trabalho na RIDE decorrente, principalmente, de obras estruturantes promovidas pelo PAC associadas à fruticultura irrigada, vinocultura e apicultura, que têm se expandido com o processo de mecanização. Somam-se a isso o

aumento da renda *per capita*, IDH e PIB, a política de valorização do salário mínimo, que o elevou em 76% no período, além da manutenção de direitos trabalhistas e previdenciários (BRASIL, 2015a, 2019). Abaixo, o (Gráfico 2) apresenta as variáveis que compõem o IVS, demonstrando sua redução entre 2000 e 2010:

GRÁFICO 2 - VARIÁVEIS DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL NA RIDE



Fonte: elaboração própria com software LibreOffice Calc (2022) com base em dados do IPEA (2000 e 2010).

O IVS geral da RIDE no último ano (2000) era de 0.453, que representa ainda uma faixa alta. A população de Petrolina e Juazeiro ainda não dispunha de uma infraestrutura e capital humano adequados, assim como oportunidades de renda e trabalho compatíveis a sua real necessidade, o que comprometeu decerto a qualidade de vida e o bem-estar dos sujeitos, vistos constitucionalmente como cidadãos de direitos e deveres. No tocante à infraestrutura urbana e rural era inegável a quantidade de localidades sem saneamento básico, energia elétrica e abastecimento de água, além da ausência de pavimentação, inclusive, em bairros periféricos e comunidades rurais (BRASIL, 2010).

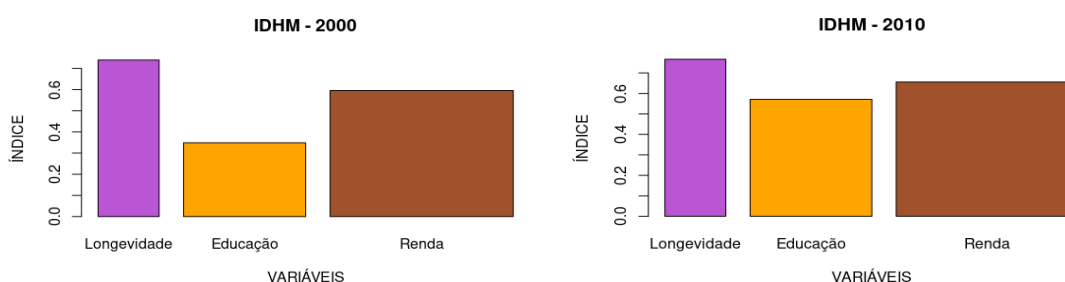
Com relação ao capital humano na RIDE em 2000, o qual compreende formação, competências, saberes e outros aspectos, eram limitadas as opções educacionais, especialmente, de nível superior, quanto à formação dos sujeitos para o exercício da cidadania e de uma profissão no mercado de trabalho. Havia poucas escolas de grau técnico e universidades, sendo em sua maioria privadas, não permitindo assim o acesso universal da população. No tocante à renda e trabalho, os postos existentes eram mais centrados na agricultura extensiva de média escala, ainda não tanto mecanizada, tendo parte da sua produção manufatureira, enquanto o salário mínimo era em torno de R\$ 151,00, um valor aquém das reais necessidades dos cidadãos (BRASIL, 2010).

Observa-se de modo geral que o IVS no ano de 2010 apresentou uma queda expressiva nas suas três variáveis, demonstrando uma redução do nível de vulnerabilidade social na RIDE - Petrolina e Juazeiro: 0,11 (24,28%), que tende a proporcionar uma melhoria na qualidade de vida da população. Sua média global em 2000 foi 0.453 (alta) e em 2010, 0.343, considerada intermediária. Já a média de ambos os anos foi 0.397. Segundo Lima e Souza (2017) esse fenômeno é decorrente do incremento de políticas públicas na região, inclusive, na área de infraestrutura, através de um plano de ações integradas, que reflete sobre o trabalho e renda, e o capital humano, tornando os cidadãos mais críticos e conscientes.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO POLO PETROLINA/PE E JUAZEIRO/BA

O IDHM, a partir de suas três principais variáveis: longevidade, educação e renda, representado no gráfico 3 abaixo, avalia a possibilidade de uma vida humana longa e saudável com acesso universal ao conhecimento e a oportunidades de aquisição de bens e serviços pela população da RIDE Petrolina e Juazeiro, a exemplo da segurança alimentar e nutricional (acesso à alimentação saudável) e sustentabilidade socioambiental (continuidade da vida). Ambas representam condições para uma vida digna, favorecendo o desenvolvimento humano e acesso aos direitos fundamentais.

GRÁFICO 3 - ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA RIDE (2000 E 2010)



Fonte: elaboração própria com software R (2022) com base em dados do IPEA (2000 e 2010).

Considerando-se os anos 2000 e 2010, o índice de desenvolvimento referente à longevidade na RIDE apresenta um leve aumento, 3,52%, passando de 0.740, em 2000, para 0.767 em 2010, permanecendo na faixa de alto desenvolvimento humano já antes obtida. Este aumento se reflete diretamente na expectativa de vida da população, conforme consulta à Plataforma AtlasBR, na RIDE a expectativa passa de 69,41 anos, em 2000, para 71,04 em 2010. Mais especificamente no município de Petrolina, a expectativa de vida passou de 70,4

anos, em 2000, para 73,0 anos em 2010. Em Juazeiro, esse número apresenta um aumento mais expressivo, passando de 65,1 para 72,8 anos.

A longevidade está estreitamente relacionada à qualidade de vida e saúde dos indivíduos, considera-se que, embora pouco expressivo, o aumento no índice desta variável aponta uma melhoria na organização dos sistemas e acesso a serviços de saúde na RIDE, bem como queda na mortalidade infantil. Em Petrolina, por exemplo, segundo dados disponibilizados no IBGE Cidades⁸, a taxa de mortalidade infantil atingia 29,6 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos em 2000, em 2010 esse número caiu para 17,19 óbitos. A cidade de Juazeiro tem uma redução nesta taxa de 22,56 para 17,93 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos em 2010.

Identificou-se ainda, por meio de dados do IBGE Cidades, um aumento no número de estabelecimentos de saúde em ambas as cidades, o que contribui com a longevidade. Petrolina em 2005, contava com 105 estabelecimentos de saúde chegando em 2009 a 141 estabelecimentos. De mesmo modo, Juazeiro detinha em 2005, 70 estabelecimentos de saúde, expandindo em 2009 para 87 estabelecimentos, possibilitando melhora no acesso à saúde da população. Em sua pesquisa acerca da relação gasto público em saúde e a taxa de mortalidade infantil nas macrorregiões do estado de Pernambuco, Lima (2016) aponta a Macrorregião Vale do São Francisco e Araripe com o segundo maior crescimento percentual, 44% nos investimentos em saúde.

A redução da vulnerabilidade quanto à infraestrutura urbana na RIDE entre 2000 e 2010, também contribuiu significativamente para o aumento da longevidade da população, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico que, realizado de forma adequada, reduz a ocorrência de doenças, mortalidade e ocupação do sistema de saúde. Em 2010, Petrolina apresenta 72.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e Juazeiro 64.2% de domicílios, segundo dados do IBGE.

Na educação, apesar do índice ainda caracterizar-se como baixo no ano de 2010, observa-se um avanço expressivo no percentual de aumento no período investigado (2000-2010), 38,9%, alterando-se o índice de 0.349, em 2000, (muito baixo) para 0.571 (baixo), em 2010, o que aponta para uma ampliação nos investimentos e acesso à educação básica e superior na região. Ao discutir a importância de investimentos em educação para melhoria de indicadores sociais, Reis *et al.* (2017) exemplificam os dados de Petrolina, cidade central da

⁸ Dados coletados em 2022, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>

RIDE, juntamente com Juazeiro que, em 2005, teve investimento de R\$ 35.457.945,14 em educação, já em 2010 este valor chega a R\$ 96.700.746,48, o que, certamente, reflete no avanço dos indicadores.

É importante destacar ainda as várias iniciativas governamentais à época implementadas que possibilitaram avanço na educação em todo o país, como a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação (Fundeb), aumentando os repasses para estados e municípios, Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), possibilitando o acesso de estudantes à universidade, além do fortalecimento de universidades públicas e escolas técnicas.

Souza (2014) aponta que a partir dos anos 2000 ocorreu a instalação de importantes instituições de ensino na região: a Universidade Federal do vale do São Francisco (UNIVASF) com ofertas de cursos presenciais e a distância (EaD), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF SertãoPE) e Instituto Federal da Bahia (IFBA), ampliação de cursos na Universidade de Pernambuco (UPE) em Petrolina e Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em Juazeiro. É notável o avanço educacional na RIDE quando se observa os dados do AtlasBR, onde o percentual de pessoas de 25 anos ou mais com ensino superior completo passa de 4,09, em 2000 para 6,90 em 2010. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais caiu de 20,83 (2000) para 15,14 (2010).

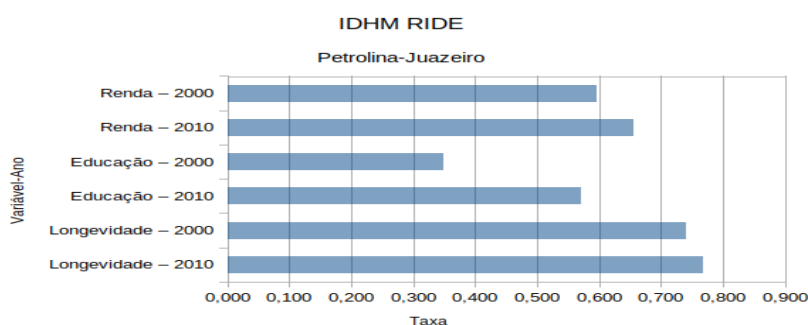
Este avanço no nível educacional influencia diretamente em outra dimensão que compõe o IDHM, a renda, um maior grau de instrução possibilita mão de obra qualificada que poderá aferir melhor remuneração, contribuindo para o aumento da renda *per capita* do município, refletindo na capacidade de aquisição de bens e serviços.

No intervalo investigado, o índice de renda referente a RIDE apresenta importante evolução, saindo do grau baixo em 2000, com 0.596 para grau médio em 2010, 0.656, o que, em termos percentuais, revela um avanço de 9,14%. Em relação aos dados de renda *per capita* da RIDE tem-se, em 2000, R\$ 326,37 e em 2010, R\$ 475,37. Avanço na renda e capacidade aquisitiva demandam oportunidades de trabalho que na RIDE são impulsionadas pelos investimentos na agricultura irrigada e agronegócio, principal atividade de ocupação da região, que segundo Souza (2014) era a atividade que mais ocupava os trabalhadores no ano 2000 (37,1 %), decaindo em 2010 para 34,4% dos ocupados.

Observando os dados do AtlasBR, é importante relatar a diminuição no percentual de pessoas pobres com renda per capita domiciliar igual ou inferior a 140 reais, esse número sai

de 45.92, em 2000, para 25.62 em 2010 na RIDE Petrolina e Juazeiro. Tal redução pode ser atribuída também à expansão de políticas públicas de transferência de renda para a população, como o Programa Bolsa Família (PBF) implantado em 2003, possibilitando uma renda mensal e qualidade de vida às famílias mais pobres, mantendo crianças e adolescentes na escola e acompanhando sua saúde (BRASIL, 2017). Abaixo, o (Gráfico 4) consolidado com junção das variáveis que compõem o IDHM para visualização de sua evolução no ano de 2010:

GRÁFICO 4 - VARIÁVEIS DO IDHM NA RIDE PETROLINA-JUAZEIRO



Fonte: Elaboração própria com software LibreOffice Calc (2022) com base em dados do IPEA (2000 e 2010).

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS) VERSUS ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM)

De um lado, o IVS é uma expressão quantitativa de análise composta por indicadores sociais, econômicos e culturais, entendidos como aspectos que resultam em exclusão social.

No âmbito de municípios, estados, regiões metropolitanas e RIDEs, como é o caso da infraestrutura, capital social e renda e trabalho (IPEA, 2015). Do outro, IDHM é uma medida geral e sintética usada para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos municípios brasileiros. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global, adequando a metodologia ao modelo brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais relacionados a aspectos básicos da vida, como longevidade, educação e renda (IPEA, 2015).

Desse modo, o IVS e o IDHM, analisados conjuntamente, representam importantes indicadores para a gestão pública. Esses dois indicadores possuem uma relação de natureza inversamente proporcional. Pode-se afirmar que, à medida que a vulnerabilidade social (IVS) diminui, o inverso ocorre com o IDHM, e vice-versa. Analisando a correlação entre os dados dos dois indicadores no período 2000-2010, nota-se que, à medida que há investimentos em políticas públicas para melhoria da qualidade de vida e também do índice de desenvolvimento

humano, percebe-se uma involução na vulnerabilidade social, fruto do impacto das ações implementadas pelo poder público.

Caso fosse adotada a variação percentual como indicador de relação, poderia afirmar que no caso analisado da RIDE - Petrolina e Juazeiro, a variação percentual de crescimento no IDHM de 23,13%, $(0,536 \times 0,660)$, representou uma queda efetiva de 24,28% no IVS $(0,453 \times 0,343)$, ou seja, para provocar a queda de 1 (um) ponto percentual no IVS, basta que o IDHM evolua 0,95%.

Essa relação entre as variações percentuais dos dois indicadores IVS e IDHM não é uma verdade absoluta, pois cada índice é composto por subíndices de natureza, peso e época próprios. Embora seja possível afirmar que um indicador impacte no outro, não é possível adotar esta relação entre suas variações como padrão e projetá-la para períodos futuros. Verifica-se a existência desta relação entre os subíndices dos dois indicadores, principalmente entre aqueles que apresentam uma relação de causa e efeito.

Analisando os sub-índices que compõem o IVS e sua relação com os do IDHM, há uma correlação entre o IVS - Renda e Trabalho e o IDHM - Educação. Entre os anos 2000 e 2010, a RIDE Petrolina e Juazeiro obteve uma queda no primeiro indicador de vulnerabilidade (-27,2%) enquanto o segundo, foi impactado positivamente (38,9%). Esta melhora deve-se em grande parte aos investimentos públicos na área de Educação, como os investimentos em escolas técnicas e universidades federais que permitiram melhorar o subíndice IVS-Renda e Trabalho da RIDE, reduzindo os efeitos sociais provocados pela ausência de acesso à educação por parte de grande parte da população.

Outra análise de relação que merece destaque é a do subíndice IVS-Infraestrutura Urbana com o IDHM-Longevidade. Sob esse prisma, vale a pena ressaltar o desafio que o maior município da RIDE tem enfrentado por conta do alto crescimento populacional nas últimas décadas. Segundo dados publicados pelo IPEA (2013), o município de Petrolina tem apresentado crescimento superior à média do Estado. No último período publicado (2000-2010), o Estado cresceu 11,09%, enquanto Petrolina, 34,51%.

Com as taxas de crescimento apresentadas pela maior cidade que integra a RIDE (Petrolina), torna-se difícil reduzir os seus índices de vulnerabilidades sociais, principalmente no que tange às três variáveis que compõem o subíndice infraestrutura urbana, que envolvem investimentos públicos em coleta de lixo, abastecimento de água e esgoto sanitários e pessoas de baixa renda que gastam mais de uma hora com deslocamento para o trabalho.

Em relação aos desafios do crescimento populacional de Petrolina, o IVS Infraestrutura registrou no período 2000-2010 queda de (24,5%), devido os constantes investimentos públicos para acompanhamento do rápido crescimento populacional, a exemplo da expansão da cobertura de rede com água e esgoto, bem como pelo aumento da cobertura do serviço público municipal de coleta de lixo, além de investimentos municipais e federais em vias públicas.

Pode-se inferir, que a implementação de políticas públicas em diversas frentes, permitiu em paralelo, a elevação do subíndice IDHM-Longevidade, que registrou no mesmo período crescimento de 3,64%, pela melhoria na expectativa de vida da população.

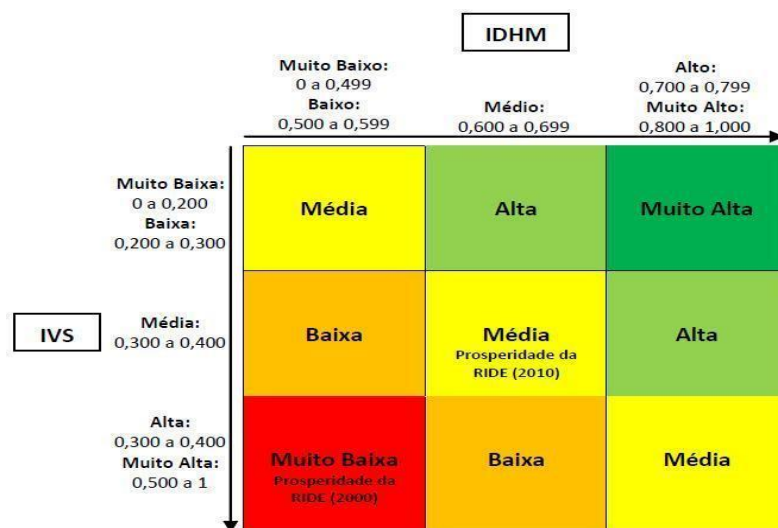
PROSPERIDADE SOCIAL

A análise conjunta do IVS *versus* o IDHM (Figura 3) resulta no que se denomina de prosperidade social, que é a ocorrência concomitante de alto desenvolvimento humano com baixa vulnerabilidade social, revelando um local de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspero (FERREIRA; PINTO, 2017).

De acordo com dados do AtlasBR, que adota os resultados dos censos demográficos do IBGE, verifica-se que a RIDE - Petrolina e Juazeiro no ano de 2000 era classificada como um local de muito baixa prosperidade social, com o IVS alto (0,453) e IDHM baixo (0,536).

Passados mais dez anos, a RIDE - Petrolina e Juazeiro, saiu da faixa de muito baixa prosperidade social para média, observa-se que o IVS involuiu (-24,28%), reduzindo a vulnerabilidade social da sua população de (0,453) para (0,343) e o IDHM evoluiu em (23,13%), aumentando o desenvolvimento humano local de (0,536) para (0,660).

FIGURA 3 - PROSPERIDADE SOCIAL NA RIDE PETROLINA-JUAZEIRO



Fonte: Elaboração própria (2022), adaptada do Ipea (2015).

Em que pese a melhoria nos indicadores, há desafios ainda a serem enfrentados, tanto quanto relacionados à exclusão social ocorridas com aqueles que ainda vivem no epicentro da fome na RIDE – Petrolina e Juazeiro, como ao desenvolvimento de políticas públicas que tenham capacidade para elevar a expectativa e qualidade de vida, transformando a realidade social da população desta importante região.

No âmbito das vulnerabilidades, de acordo com o extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), são reconhecidas múltiplas situações, associadas às necessidades objetivas e subjetivas das pessoas. As necessidades objetivas estão relacionadas à dimensão material da existência, como condições precárias de vida, privação de renda e de acesso aos serviços públicos. As necessidades subjetivas decorrem de experiências de violência, desvalorização, discriminação e exploração vivenciadas no âmbito familiar, comunitário e social (BRASIL, 2017). Tais experiências levam à fragilização de vínculos afetivos e pertencimento social, expondo as pessoas a riscos individuais e sociais.

Quanto as situações de vulnerabilidade social e relacional, Brasil (2017, p. 10) afirma:

É comum que as situações de vulnerabilidade social e relacional sejam vivenciadas concomitantemente. A situação de pobreza e suas variantes - como a extrema pobreza – somam-se a situações de fragilidade relacional no âmbito familiar e comunitário e impactam a convivência e a interação entre as pessoas, de modo que, em muitas ocasiões, elas perdem suas redes de apoio mútuo (BRASIL, 2017, p. 10).

Nesse contexto, para prevenir a fragilização social dos indivíduos e protegê-los, diminuindo o IVS, foi necessário o incremento estatal de políticas públicas, que ofertassem à população serviços e benefícios, além de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), oferecido no âmbito da Política de Assistência Social que se divide em Proteção Social Básica e Especial organizando os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros Especializados de Referência de Assistência Social (CREAS), dentre outros, que contribuíram diretamente para a diminuição da exclusão social no período analisado.

De igual modo, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento humano é aquele que situa as pessoas no centro do desenvolvimento, promovendo a realização do seu potencial, o aumento de suas possibilidades e o desfrute da liberdade de viver a vida que elas desejam.

Em outros termos, o desenvolvimento humano, integra aspectos de desenvolvimento relativos ao desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável e explicita a tentativa de diminuir as desigualdades regionais através de investimentos estruturantes em áreas estratégicas das sub-regiões consideradas menos desenvolvidas do país, como é o caso da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que teve sua importância no cenário da RIDE - Petrolina e Juazeiro, utilizando-se de políticas de incentivos econômicos, investimentos em infraestrutura e programas sociais para impulsionar a região econômica e socialmente, integrando-a à dinâmica de desenvolvimento nacional (MANOEL, 2007).

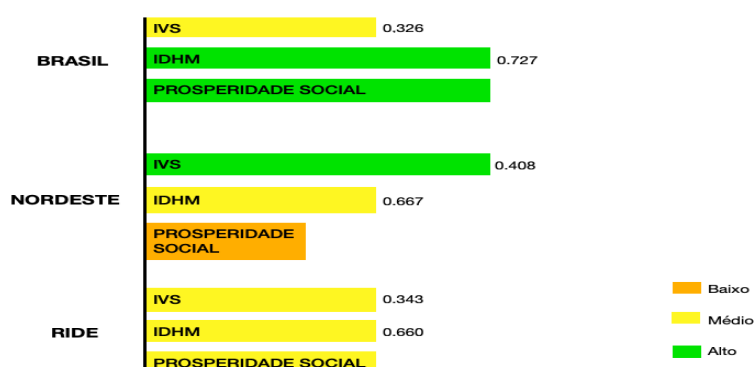
É certo, que o IDHM, dialoga diretamente com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujo pacto global da Organização das Nações Unidas (ONU), foi alinhando no âmbito dos municípios que compõem a RIDE - Petrolina e Juazeiro por meio da Agenda 2030, como forma de um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir às pessoas, desfrutar da paz e da prosperidade.

Por todo exposto, sem a pretensão de esgotar a presente discussão sobre as bases conceituais que conformam a prosperidade social no âmbito da RIDE - Petrolina e Juazeiro, pode-se concluir, de acordo com o IPEA (2015), que esta só será elevada, quando refletir uma situação em que o desenvolvimento humano se assente em bases sociais mais robustas, onde o capital familiar e escolar, as condições de inserção no mundo do trabalho e as condições de moradia e de acesso à infraestrutura urbana da população, sejam tais que haja uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas das condições de vida de sua população.

COMPARATIVO DA PROSPERIDADE SOCIAL NA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO POLO PETROLINA E JUAZEIRO

Considerando a prosperidade social apresentada pela RIDE e a intenção de compreendê-la enquanto região polo de desenvolvimento para além do viés econômico, torna-se relevante localizar seus resultados obtidos em prosperidade no âmbito do país e da região nordeste (Figura 4).

FIGURA 4 - PROSPERIDADE SOCIAL BRASIL - NORDESTE - RIDE 2010



Fonte: elaboração própria (2022).

Esta avaliação, feita a partir de dados de IVS e IDHM do ano de 2010, coloca o Brasil em estado de "prosperidade alta", apresentando IVS médio (0,326) correlacionado a um IDHM alto (0,727). Conforme Ipea (2015) houve, paralelamente, no intervalo de 2000-2010 um aumento dos municípios com muito alta prosperidade social (de 2% para 30%) e redução de municípios com muito baixa prosperidade social (de 62% para 23%), o que, certamente contribuiu para a avaliação positiva do país como um todo, revelando a importância de planejamento e ações locais, bem como as políticas públicas nacionais para possibilitar melhor qualidade de vida à população.

Já o Nordeste apresenta "prosperidade baixa", correlacionando IVS alto (0,408) com IDHM médio (0,667). Em 2010, 2.081 municípios com baixa ou muito baixa prosperidade social faziam parte da região Nordeste e Norte (IPEA, 2015), caracterizando-se por grande vulnerabilidade social somado a baixo desenvolvimento humano. Tais dados reforçam a importância de priorizar programas e políticas destinados a estas regiões, oferecendo as condições de vida digna e reduzindo as disparidades regionais de prosperidade.

A RIDE, portanto, obtém números melhores que a região Nordeste, com a mesma faixa para IVS (0,343) e IDHM (0,660), faixa média, resultando em prosperidade média. Tal

resultado é, certamente, fruto de investimentos governamentais focados na região enquanto pólo de fruticultura irrigada, vitivinicultura e turismo responsáveis por grande parte da geração de emprego e renda. Esse foco direcionado a RIDE demanda da gestão local investimento na infraestrutura dos municípios que acabam por se refletir em melhorias no acesso à educação, saúde, mobilidade, lazer, etc.

São ainda aspectos que somam ao desenvolvimento dos índices da RIDE: dispõe da infraestrutura do Aeroporto Internacional de Petrolina; da hidrovia do São Francisco, com o Lago de Sobradinho/BA, o maior lago artificial do mundo; de eclusas da Barragem de Sobradinho; de ligação rodoviária para as principais capitais do Nordeste; e de uma termelétrica para geração de energia. Para, além disso, constitui um importante Polo de Ensino Superior na região com a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade de Pernambuco (UPE), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) e Instituto Federal da Bahia (IFBA) (BRASIL, 2015b).

Compreender o estágio de desenvolvimento e prosperidade da RIDE - Petrolina e Juazeiro é primordial para auxiliar a sociedade civil e poder público no planejamento de ações estratégicas e/ou políticas setoriais que contemplem os cidadãos com vista a sua prosperidade social, configurando-se como molas propulsoras de novas trajetórias socioeconômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou e discutiu o IVS e IDHM da RIDE Petrolina/PE e Juazeiro/BA, referentes ao ano de 2000 e 2010. Estes foram os disponibilizados e coletados no banco de dados oficial do IPEA e IBGE (AVS/AtlasBR) até o momento da realização do estudo. Tão logo, passarão por atualizações decorrentes do novo Censo e serão divulgados, favorecendo novos cruzamentos de informações, assim como a realização de novos estudos, a fim de avaliar o nível de prosperidade social atual da região.

Constatou-se com a realização deste trabalho que o nível de prosperidade social da RIDE Petrolina e Juazeiro era muito baixo em 2000, tendo um IVS de 0,453 e um IDHM de 0,536. Após uma década (2010) o mesmo passou para o nível médio, a partir da redução do IVS em 24,28%, o que representou uma queda na vulnerabilidade da sua população, enquanto o IDHM cresceu em 23,13%, favorecendo o desenvolvimento humano e consequentemente uma maior prosperidade social na RIDE.

O aumento expressivo no nível de prosperidade deu-se pela melhoria da taxa infraestrutura rural e urbana, do capital humano e de emprego e renda, que compõe o IVS, associadas à longevidade (expectativa de vida), educação formal e renda *per capita*, que constituem o IDHM. Com a redução do IVS, que representa vulnerabilidade, e o aumento do IDHM, que denota desenvolvimento humano, chegou-se a uma prosperidade positiva, contribuindo para o bem-estar e qualidade de vida da população do Vale do São Francisco.

Os resultados apresentados e discutidos neste estudo trazem à tona importantes reflexões sobre o papel das políticas públicas e sua gestão na RIDE e das políticas regionais explícitas e implícitas, visando à redução das desigualdades sociais entre seus territórios e populações. Essas representam garantias constitucionais, inclusive, direitos sociais previstos em Lei e que devem ser materializados em políticas públicas que garantam dignidade e qualidade de vida aos cidadãos brasileiros.

Com a leitura dos dados constatou-se a necessidade de maior investimento em diferentes áreas, tanto do IVS como do IDHM, que poderá ocorrer pelo planejamento estratégico-governamental nas esferas: municipal, estadual e federal com a participação da população, através da chamada gestão participativa. A RIDE - Petrolina e Juazeiro carece ampliar seu setor cultural, artístico e educacional, possibilitando um maior acesso da massa ao capital humano, ampliando sua visão de mundo. O mesmo ocorre com a longevidade, que pode ser ampliada, por exemplo, com programas assistenciais e de promoção da saúde para todas as faixas etárias, oferecidos em escolas, praças e outros espaços de acesso público.

O tema prosperidade, apesar de amplo e socialmente relevante, ainda é carente de fontes bibliográficas, onde o mesmo seja discutido aos olhos da ciência e de teóricos especializados em seu objeto. É um campo vasto que expressa a realidade experienciada pelos indivíduos em seus territórios, sob a égide conjunta das políticas sociais. Sugere-se, portanto, que novos estudos sejam realizados dando continuidade a este trabalho como a análise do IVS e IDHM de outros municípios da RIDE, assim como de outras regiões do país, contribuindo para a construção de conhecimentos sólidos e a efetivação de ações governamentais adequadas a cada realidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. B. **Brasil**: territorialidade e políticas públicas. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: ed. 70, 2016.

BRASIL. Casa Civil. **País comemora aumento real de 76% do salário mínimo na última década.** 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2015/julho/pais-comemora-aumento-real-de-76-do-salario-minimo-na-ultima-decada>. Acesso em: 7 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 10.296, de 30 de março de 2020.** Dispõe sobre a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro e institui o seu Conselho Administrativo. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10296.htm#art1. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. **Lei complementar nº 113, 2001.** Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp113.htm. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003–2014.** 106 p. MEC: Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano de Ação Integrada e Sustentável para a RIDE Petrolina-Juazeiro.** Relatório Final. 260 p. Brasília. Terragraph, 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDE's.** Brasília. 2015a.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDE Petrolina Juazeiro.** Brasília. 2015b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde:** Relatório final. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1986.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Sertão do São Francisco-PE.** Brasília, DF: SDT/MDA, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Perguntas Frequentes.** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). 131 p. Brasília: MDS, 2017.

BRASIL. **Obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.** 2019. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>. Acesso em: 01 nov. 2022.

COSTA, M. A. *et al.* **Vulnerabilidade social no Brasil:** conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras, Texto para Discussão, Rio de Janeiro, 2364, 2018.

FERREIRA, G. da S.; PINTO, C. V. da S. Desenvolvimento humano, vulnerabilidade e prosperidade social no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intrarregional por meio dos Coredes. In: MARGUTI, B. O; COSTA, M. A.; PINTO, C. V. da S. **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira, livro 1. Brasília, DF : IPEA : INCT, 2017.

GERSCHUNY, J. **Tempos de mudança**: trabalho e lazer na sociedade pós-industrial. Oxford: Oxford Editora Universitária, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. 77 p. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 28 out. 2022.

IPEA. **Dicionário de Variáveis IVS**. 2019. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br>. Acesso em: 31 out. 2022.

IPEA; PNDU; FJP. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM**: metodologia. 2013.

IPEA. **Vulnerabilidade Social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Brasília, DF: IPEA, 2018.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil**: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. 6. ed. Campinas-SP: Alínea, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336348760_Indicadores_Sociais_no_Brasil_conceitos_fonte_de_dados_e_apicacoes. Acesso em: 20 nov. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LIMA, H. D. R. **Análise da Relação entre Gasto Público Per Capita em Saúde e a Taxa de Mortalidade Infantil nas Quatro Macrorregiões do Estado de Pernambuco no Período de 2008-2012**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Economia da Saúde) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2016.

LIMA, R. J. de; SOUZA, E. P. de. Desenvolvimento rural dos municípios da Região Integrada Petrolina (PE) - Juazeiro (BA). **Cadernos De Ciências Sociais Aplicadas**, 14(23), 2017, p. 1-18. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/cssa.v14i23.2317>. Acesso em: 15 out. 2022.

MANOEL, A. A política regional no governo Lula II. **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, ano 4, ed. 34, 2007.

MONTEIRO NETO, A. ; CASTRO, C. N. ; BRANDÃO, C. A (orgs.) **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

MONTEIRO NETO, A.; COLOMBO, L. A.; ROCHA NETO, J. M. **Políticas territoriais em tempos de múltiplas crises: desafios e perspectivas para o Brasil na década de 2020.** Rio de Janeiro: Ipea, 2023.

OLIVEIRA, F. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados.** v.7, n.18, p. 43-63, 1993.

PAIVA, V. Sobre o conceito de capital humano. **Cadernos de Pesquisa,** n. 113, p. 185-191, julho/ 2001.

REIS, M. E. F. *et al.* Gastos em Educação e Saúde refletem na evolução de Indicadores Sociais? Uma Análise das Despesas Públicas em Petrolina-PE. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia,** Julho de 2017, vol.11, n.36, p.170-188.

SANTOS, A. H. S. **As políticas ativas de emprego, trabalho e renda.** Fundação Perseu Abramo. [S.l.], 2016. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2016/04/11/as-politicas-ativas-de-emprego-trabalho-e-renda/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SCOTT, J. B.; PROLA, C. de A. P.; SIQUEIRA, A. C.; PEREIRA, C. R. R. **O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura.** Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 24. n. 2. mai/ago. 2018.

SEADE. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros.** São Paulo: Seade, 2015.

SILVA, M. O. da S. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katál.** v.13, n.5, p. 155-163, 2010.

SOUZA, R. L. S. P. de. **Expansão do agronegócio nos anos 2000 e seus rebatimentos no emprego formal: o caso da região integrada de desenvolvimento econômico do Pólo Petrolina-Juazeiro.** 2014. 105 f. Dissertação (Desenvolvimento Regional e Urbano) - Unifacs, Salvador, 2014 .

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis,** ano 3, n. 3, p. 33-40, 2001.

XIMENES, D. A. Vulnerabilidade social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/235-1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.